


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000947-66.2015.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 09/04/2015 16:34:57 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS SAAE opõe Embargos à Execução de sucumbência que lhe move **ADPM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO REGIONAL SÃO CARLOS** aduzindo excesso na execução pois não concorda com o valor dos juros de mora aplicados ao principal, já que a Fazenda não se encontra em mora, o que apenas ocorreria caso o precatório/rpv não fosse pago ao seu tempo. Insurge-se contra a inclusão da taxa judiciária diante da isenção que a Lei ° 11.608/03 lhe concede.

A embargada apresentou impugnação (fl. 42/43), concordando com os embargos, requerendo, no entanto a inclusão das despesas com as diligências do Sr. Oficial de Justiça e a não fixação de honorários sucumbenciais diante da não oposição ao pedido.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I e 740, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, para acolher os embargos, seja em razão da concordância da embargada (fls. 42/43), seja porque é indubitoso o acerto da executada, uma vez que no caso presente os juros moratórios somente incidem após transcorrido o prazo constitucional para pagamento, no caso de precatório, ou o prazo legal para tanto, no caso de RPV. STJ: REsp 1141369/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 28/09/2010.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Por outro lado, é devido o reembolso com as despesas de custeio de diligência dos oficiais de justiça já que estas não se confundem com a taxa judiciária (Lei Estadual nº 11.608/03, art. 2º, parágrafo único, inc. IX e Resolução 153 do CNJ), ficando desta forma afastada a tese da embargante de que não são devidas.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE** embargos para **DECLARAR** devida pela embargante a quantia de R\$ 8.853,37 em setembro/2014 (fls. 44), com atualização monetária, desde então, pela Tabela Prática do Tribunal para Débitos da Fazenda Pública.

Juros moratórios somente incidirão após transcorrido o prazo constitucional (precatório) ou legal (RPV) para pagamento. STJ: REsp 1141369/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 28/09/2010.

Deixo de condenar a embargada nas verbas de sucumbência uma vez que não houve qualquer resistência ao pedido.

Transitada em julgado, expeça-se o RPV.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de abril de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA